

LEI COMPLEMENTAR Nº 27/2015

“CONCEDE A REVISÃO GERAL DE QUE TRATA O ARTIGO 37, X DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS, NOS PROVENTOS DOS SERVIDORES INATIVOS, NA REMUNERAÇÃO DOS COMISSIONADOS E TEMPORÁRIOS, SOBRE O SUBSÍDIO PAGO AOS AGENTES POLÍTICOS, FIXA O PISO DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

José Nilton da Silva, Prefeito Municipal de Angelina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os vencimentos dos servidores públicos municipais ativos do Poder Executivo, de sua Administração Direta e Indireta, e do Poder Legislativo, os proventos dos inativos e pensionistas com paridade, a remuneração dos servidores comissionados e temporários, os subsídios pagos aos agentes políticos (*Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais*), a remuneração dos membros do Conselho Tutelar, na forma de revisão geral anual, prevista no art. 37, X, da Constituição Federal, ficam revisados em 6,23 (*seis vírgula vinte e três por cento*), correspondente ao índice de inflação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acumulado no período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015.

§1º Os valores resultantes ao período de janeiro e fevereiro de 2015 serão pagos em duas parcelas mensais, vencendo a primeira parcela no mês de abril do corrente ano.

§2º Fica determinada a aplicação da medida liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal contida na ADI 4582, para que seja aplicado o índice de revisão geral anual disposto no *caput* deste artigo para os proventos dos servidores aposentados e para os pensionistas que não possuam paridade.

§3º Aplica-se o índice fixado no *caput* sobre o valor pago a título de Gratificação de Função.

§4º Aplica-se o índice fixado no *caput* sobre a remuneração paga aos servidores regidos pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Art. 2º Fica estabelecido o piso salarial dos servidores públicos municipais em R\$ 788,00 (*setecentos e oitenta e oito reais*), para a carga horária de 40 horas semanais, com efeitos a partir de 01/01/2015.

Art. 3º O pagamento dos valores da revisão de que trata esta lei fica contingenciado aos limites constitucionais vigentes.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta de verba específica do orçamento do Município e da Câmara de Vereadores.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Angelina/SC, em 23 de março de 2015.

José Nilton da Silva
Prefeito Municipal